

Cidades

ENXURRADA DE LAMA

Laudo libera água para beber

Análises feitas pela Cesan para serviço de Colatina apontam que a água tratada do Rio Doce está dentro dos padrões para consumo

Daniel Figueredo
Nilo Tardin

Laudos produzidos pela Companhia Espírito-Santense de Saneamento (Cesan) em Colatina apontaram que a água tratada do município está própria para o consumo humano.

Segundo as análises, feitas em parceria com o Serviço Colatinense de Meio Ambiente e Saneamento Ambiental (Sanear), os parâmetros exigidos para o tratamento estão sendo respeitados.

A engenheira química Elza de Abreu Costa, gerente de Pesquisa e Controle de Qualidade da Cesan, afirmou que as primeiras amostras de água apontavam um teor de manganês acima do padrão.

“Mas agora a água produzida tem todos os parâmetros de potabilidade”, garantiu Elza ontem, em reunião da Comissão de Representação do Rio Doce, da Assembleia Legislativa.

A afirmação foi feita um dia após uma ação civil pública ter sido protocolada na Justiça Federal pedindo a suspensão da captação e distribuição de água do Rio Doce em Colatina. Segundo a ação, proposta pelos Ministérios Públicos Federal, Estadual e do Trabalho, haveria riscos para a população em caso do consumo da água.

Segundo a engenheira química, no entanto, não foi detectado mercúrio ou outros metais pesados em quantidades significativas na amostra de água. “Nem na água bruta (antes do tratamento) que a gente analisou foi encontrado.”

A diretora de Operação Metropolitana da Cesan, Sandra Sily, garantiu que a água segue os padrões estabelecidos. “A gente pode garantir que a água que está sendo distribuída está dentro dos padrões da Agência Nacional de Saúde, dentro dos padrões de potabilidade.”

O prefeito de Colatina, Leonardo Deptulski, afirmou que a prefeitura vai continuar distribuindo a água. “Estamos realizando testes diariamente, pelo menos duas vezes por dia e também nas casas da população. Se algum parâmetro estiver alterado, vamos descartar a água.”

Segundo ele, a prefeitura foi notificada ontem da decisão da Justiça Federal, pedindo cópias dos laudos. “Vamos encaminhar nossos relatórios, mas a água está segura para a população.”

“A água que está sendo distribuída está dentro dos padrões de potabilidade”

Sandra Sily, diretora de Operação Metropolitana da Cesan



MÉDICO MARCELO VACARI (ao centro) com moradores de Colatina: receio de consumir água do Rio Doce após lama de rejeito de minério atingir o manancial

Moradores com medo de doenças

Moradores de Colatina têm reclamado do cheiro da água captada no Rio Doce que está chegando às casas para o consumo. Eles dizem ter medo de doenças depois que a barragem da Samarco se rompeu e a lama de rejeitos de minério atingiu o rio.

“Moro no interior. O gosto e o cheiro da água tratada estão muito fortes, não dá para consumir”, afirmou a estudante Suellen da Silva Inácio, 18.

Já a garçoneite Carolina Batista Santo, 31, disse que, mesmo sendo

tratada, não tem utilizado a água do rio para beber. “Nem para cozinhar uso água da torneira, muito menos para beber”, disse.

O médico hematologista Marce-

“Até no banho, a água encanada pode causar problemas como alergias e dermatites”

Marcelo Vacari, médico hematologista

lo Vacari também acredita que, no momento, é melhor evitar beber a água do Rio Doce.

“Eu não bebo. Nem aconselho. A água para beber deve ser a mais pura possível. Caso contrário, pode trazer graves problemas de saúde. Até agora não se sabe se a lama é tóxica. O assunto é muito sério. Estão usando excesso de cloro para tratar a água do rio em Colatina, em si pode causar danos celulares no organismo, problemas no estômago e no intestino”, detalhou o hematologista especialista em

doenças do sangue.

Para o médico, o Rio Doce não deveria ser a única fonte de abastecimento da cidade.

“As amostras coletadas para análises são muito pequenas em relação ao tamanho do Rio Doce. Até no banho a água encanada pode causar problemas como alergias e dermatites. Deveriam ter uma alternativa de abastecimento, como fazer de imediato a adutora da Lagoa do Limão, antes de voltar a captar água no Rio Doce”, avaliou Vacari.

ENTENDA

Captação normal em Minas

Tratamento de água

> OS LAUDOS da água produzidos pelo Sanear, responsável pelo abastecimento em Colatina, apontam que a água do município está dentro dos parâmetros exigidos pela portaria 2.914/2011, do Ministério da Saúde.

> O MUNICÍPIO tem usado a acácia negra para conseguir separar a lama de rejeitos de mineração da Samarco da água captada. A concentração de cloro, flúor e outros podem variar, conforme a qualidade da água captada no Rio Doce, segundo a prefeitura.

Laudos

> EM GOVERNADOR VALADARES, cidade que também teve problemas para a captação e tratamento de água por causa do desastre ambiental, laudos de processos semelhantes ao usado em Colatina foram atestados pelo Ministério Público, após análises realizadas por comissão da Universidade Federal de Juiz de Fora.

> PORÉM, em laudos contratados pelas prefeituras de Baixo Guandu e Linhares, foram detectados índices de



RIO DOCE em Valadares: consumo

metais, alguns deles tóxicos, acima do permitido na água do Rio Doce.

> ESSES LAUDOS contradizem relatórios divulgados pela Agência Nacional de Águas e pelo Instituto de Gestão de Águas de Minas Gerais, que afirmam não haver concentração de metais tóxicos acima dos níveis previstos na resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente.

Procurador defende suspensão preventiva

O pedido de suspensão da captação da água no Rio Doce, para o procurador de Justiça Alexandre Guimarães, é uma forma de prevenir danos à saúde da população.

“Não estamos trabalhando contra, mas se há dúvidas por causa de relatórios e laudos divergentes, é o nosso dever como Ministério Público atuar para que a população não seja colocada em risco.”

Ele afirmou que o pedido foi feito com garantia de que a população não ficará desabastecida em caso de suspensão da captação no Rio Doce. “A Samarco é responsável por fazer essa distribuição de água, então enquanto essas dúvidas não são tiradas ela deve manter o abastecimento à população.”

Segundo ele, laudos como os produzidos pelas prefeituras de Baixo Guandu e Linhares lançam dúvidas à população.

A ação, que tramita na Justiça Federal, pede que a distribuição seja suspensa em Colatina enquanto o Sanear e a prefeitura de-

vem apresentar plano alternativo de captação e desenvolver projeto de estações de tratamento de água adequado à nova realidade do rio.

A ação também pediu que o monitoramento da água seja feito pela Agência Nacional de Águas e pela União, com os laudos sendo apresentados à população.



ALEXANDRE GUIMARÃES: ação

Cidades

ENXURRADA DE LAMA

Samarco terá de explicar impactos

A Justiça Federal de Vitória deu um ultimato à Samarco para que apresente os relatórios previstos no plano de emergência produzido pela empresa, inclusive os relativos ao movimento da onda de rejeitos de minério de ferro que chegou à região do mar no dia 21 de novembro.

Segundo o juiz federal Rodrigo Reiff Botelho, apesar de ter cumprido a primeira parte de decisão liminar, com a apresentação de um plano emergencial, a empresa descumpriu a determinação liminar, por não apresentar o novo relatório no prazo de sete dias.

Caso não apresente os relatórios até amanhã, a empresa poderá ser multada em R\$ 10 milhões por dia de atraso. Segundo o juiz, a medida se torna urgente, pois há notícias de que a pluma de sedimentos já esteja atingindo a região marinha da área de preservação ambiental da Costa das Algas, região de Aracruz.

O juiz federal também solicitou que o Ministério Público Federal apresente até amanhã os resultados das novas discussões para aditar o termo de compromisso ambiental com a Samarco.

A Samarco informou, por meio da assessoria de imprensa, que foi notificada pela Justiça Federal e que vai cumprir as determinações até o fim do prazo estabelecido pelo magistrado.

A lama de rejeitos de mineração da Samarco ocupa uma área duas vezes maior do que a ilha de Vitória na região do entorno da foz do Rio Doce, no litoral de Linhares. Segundo o Ibama, os rejeitos já atingiram uma extensão de aproximadamente 80 km².

Segundo o Ibama, os rejeitos es-

tão numa faixa próxima à praia, numa extensão de 5,7 km ao Norte e 4,14 km ao Sul. No mar, a extensão dos rejeitos atingiu 17,9 km ao Sul da foz do Rio Doce, numa distância a leste de aproximadamente 1,6 km. Ontem, imagens captadas pela Nasa mostram extensão da lama no Rio Doce e em sua foz.

NAVIO

O navio hidroceanográfico Vital de Oliveira retornou ontem durante a noite para a foz do Rio Doce. Ele ficará mais cinco dias capturando amostras de água e sedimentos no entorno da foz do rio.

Na primeira fase da expedição, o navio da Marinha do Brasil, conseguiu detectar vida na foz do rio. Mas, as análises dessa segunda viagem vão apontar quais os impactos da lama de rejeitos de mineração na vida marinha de Regência. A expedição vai durar cinco dias.



MANCHA em Regência: expansão

REUTERS - 23/11/2015

IMAGEM DE SATÉLITE EM 05/11/2015

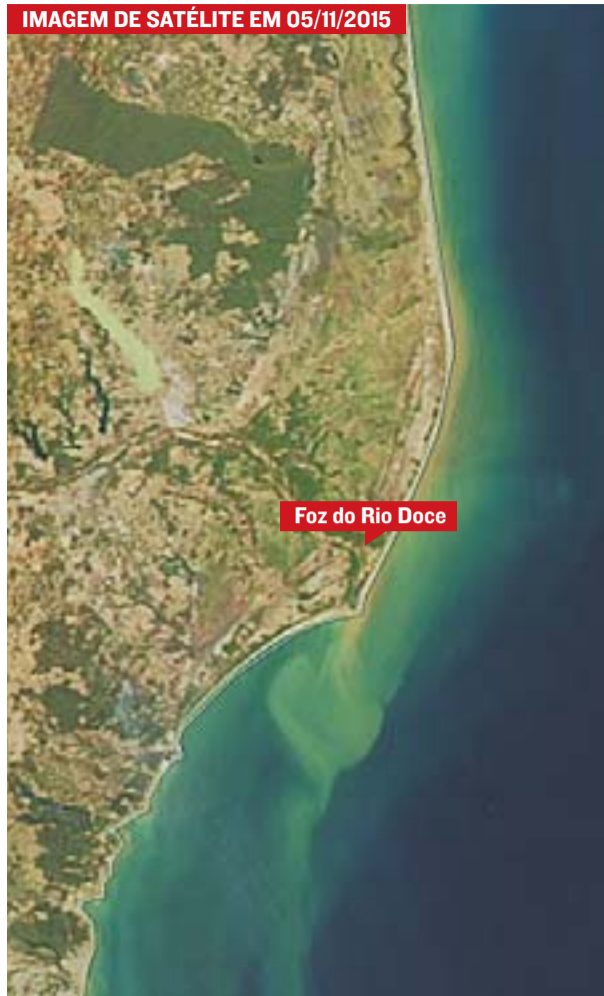


IMAGEM DE SATÉLITE DE ONTEM



FOTOS: NASA

IMAGENS CAPTADAS pela Nasa mostram extensão da lama de rejeitos no Rio Doce e em sua foz, em Linhares

Áreas de preservação destruídas

BRASÍLIA

O derramamento de lama da Samarco destruiu 15 km² de terras, incluindo áreas de preservação permanente, e afetou diretamente 663 km de rios, segundo laudo técnico preliminar do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que baliza a ação civil pública de R\$ 20 bilhões que o governo federal move contra a empresa.

O relatório, segundo o jornal O Estado de S.Paulo, faz um raio X da

destruição ambiental causada pelo colapso da barragem de Fundão em Mariana (MG), em 5 de novembro. Segundo o documento, o volume de rejeitos que vazou foi de 34 milhões de metros cúbicos, de um total de 50 milhões.

“É indiscutível que o rompimento da barragem trouxe consequências ambientais e sociais graves e onerosas, em escala regional”, diz o laudo, elaborado pela Diretoria de Proteção Ambiental e pela Coordenação Geral de Emergências Ambientais do órgão.

O relatório não fala dos impactos sobre o ambiente marinho. O foco é sobre os impactos nos rios e seus ecossistemas marginais, considerados Áreas de Preservação Permanente (APPs).

O laudo não chega a calcular quanto dos 1.469 hectares diretamente atingidos continha vegetação nativa. Por se tratar de APPs, essas áreas deverão ser obrigatoriamente recuperadas. Apenas 11,6% das florestas originais da região continuam de pé, segundo o relatório.

SAIBA MAIS

Lama no mar

> O ROMPIMENTO da barragem de Fundão, da Samarco, no dia 5 de novembro, despejou cerca de 50 bilhões de litros de rejeitos de minério na calha do Rio Doce.

> A LAMA DA BARRAGEM de rejeitos chegou no último dia 21 à foz do Rio Doce, em Linhares.

> SEGUNDO O IBAMA, os rejeitos estão numa faixa próxima à praia, numa extensão de 5,7 km ao norte e 4,14 km ao sul. No mar, a extensão dos rejeitos atingiu 17,9 km ao sul da foz do Rio Doce, numa distância a leste de aproximadamente 1,6 km. Uma área de 80 km² foi atingida pelos rejeitos.

IMPACTOS NO RIO DOCE

MARGEM

> A LAMA é formada de matéria inorgânica, o que impedirá que plantas cresçam.

VEGETAÇÃO

> A FORÇA da lama destruiu a mata ciliar, que protege os cursos d'água.

LUZ

> TURBIDEZ da água impede que a luz passe, mudando temperatura e impedindo a fotossíntese.

ASSOREAMENTO

> O LEITO DO RIO se torna mais raso em alguns pontos, podendo até secar.

TEMPERATURA E PH

> TEMPERATURA e acidez foram alterados pelos sedimentos, o que prejudica a vida aquática.

FUNDO DO RIO

> A LAMA CIMENTA o fundo do rio, impedindo o desenvolvimento da vida no local.



Fonte: Agência Nacional de Águas (ANA), Prefeitura de Linhares, Ufes, Ibama, Projeto Tamar e pesquisa/AT.

Promotoria já trabalha com possibilidade de falência

BELO HORIZONTE

O Ministério Público já trabalha com a possibilidade de falência da Samarco devido às despesas com reparação ambiental pelo rompimento da barragem da empresa no distrito de Bento Rodrigues, em Mariana (MG), e estuda cobrar participação das duas controladoras da mineradora, Vale e BHP Billiton, na cobertura dos prejuízos.

Segundo o procurador Bruno Magalhães, do Ministério Público Federal e o promotor Mauro Ellovitch, do Ministério Público Estadual, além de decisões judiciais exigindo recursos da empresa, e acordos prevendo a criação de fundo, é preciso estudar também medidas para garantir arresto de patrimônio físico da mineradora.

A tragédia ambiental, considerada a maior já ocorrida no Brasil, já tem 11 mortes confirmadas, oito desaparecidos e dois corpos aguardam por identificação.

QUEDA

A Vale anunciou ontem a redu-



DESTRUIÇÃO em Bento Rodrigues

ção de suas projeções de investimento e de produção para 2016.

No mesmo dia, a empresa teve suas notas colocadas em observação pela agência de classificação de risco Fitch para possível rebaixamento, diante do aumento da probabilidade de a Vale ter de dar suporte à Samarco nas consequências do rompimento da barragem.